EMBORNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História / Seção Ceará.

"UMA REPUBLICA NA ESQUINA DAS TRINCHEIRAS" CIDADE, IMPRENSA E POLITICA NA CONSTRUÇÃO DO REGIME REPUBLICANO EM FORTALEZA (1889 - 1892)

Gleudson Passos Cardoso[1]
Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos[2]

Resumo: O objetivo deste artigo é entender como a imprensa política enquanto uma PRÁTICA LETRADA se tornou um território de disputas simbólicas, em torno da construção e da legitimidade da República, durante os primeiros anos após a sua proclamação no Brasil. O espaço social privilegiado desta análise é a cidade de Fortaleza, capital cearense, por esta ser o centro político-administrativo, onde intelectuais e homens ligados às forças políticas e sociais disputavam a liderança e a condução do novo regime. Foram analisados jornais e periódicos ligados a diferentes entidades, partidos e facções, a fim de compreender como a imprensa se tornou uma ferramenta indispensável aos agentes letrados nesse momento de tensão entre as elites letradas, priorizando o debate no espaço urbano, tendo em vista ali a concentração de um público leitor formador de opinião.

Palavras-Chaves: IMPRENSA – REPÚBLICA – CIDADE – PRÁTICAS LETRADAS

"A REPUBLIC IN THE CORNER OF THE TRENCHES". CITY, PRESS AND POLITICS IN THE CONSTRUCTION OF THE REPUBLICAN REGIME IN FORTALEZA (1889 - 1892)

Abstract: The objective of this article is to understand how the political press as a PRACTICE LETTERED became a territory of symbolic disputes, around the construction and the legitimacy of the Republic, during the first years after its proclamation in Brazil. The privileged social space of this analysis is the city of Fortaleza, capital of Ceará, because it is the political-administrative center, where intellectuals and men linked to the political and social forces disputed the leadership and the leadership of the new regime. The newspapers and periodicals linked to different entities, parties and factions were analyzed in order to understand how the press became an indispensable tool for the legal agents in that moment of tension between the literate elites, prioritizing the debate in the urban space, concentration of an opinion-making public.

Keywords: PRESS - REPUBLIC - CITY - PRACTICE LETTERED

---

[1] Sobre PRÁTICAS LETRADAS ver CHARTIER, Roger (Org). **Praticas da Leitura**. – São Paulo: Estação Liberdade; 1996. Ver também: CHARTIER, Roger. **História Cultural, entre Práticas e Representações** – Lisboa: Difel; 1988. E o conceito de "prática", conferir: CERTEAU, Michel de**. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer** – Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1. Conf. também CERTEAU, Michel de**. A Cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papirus, 1995.

[2] Sobre PRÁTICAS LETRADAS ver CHARTIER, Roger (Org). **Praticas da Leitura**. – São Paulo: Estação Liberdade; 1996. Ver também: CHARTIER, Roger. **História Cultural, entre Práticas e Representações** – Lisboa: Difel; 1988. E o conceito de "prática", conferir: CERTEAU, Michel de**. A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer** – Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1. Conf. também CERTEAU, Michel de**. A Cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papirus, 1995.

A Cidade de Fortaleza durante a Proclamação da República

No final do século XIX a cidade de Fortaleza foi marcada pelos efeitos negativos de uma estiagem (1889), que foi seguida por um surto de varíola, o que ameaçou os projetos econômicos das elites citadinas, durante a instalação das primeiras manufaturas ligadas à cotonicultura e ao comércio na capital.

Naquelas circunstâncias foram retomadas diferentes intervenções sanitaristas e de controle social pelos poderes públicos e regeneradores urbanos, no sentido de conterem o avanço dos retirantes sobre o centro comercial e administrativo, a exemplo das ações punitivas realizadas pelas campanhas médicas e pelo batalhão de polícia, como ocorreu outrora na seca de 1877 - 1879. Para o contingente de mendigos, alienados, órfãos, pestilentos, bêbados, prostitutas, vagabundos e depauperados, foram intensificadas ações disciplinadoras no perímetro urbano, dentre outras realizações paliativas (Ponte, 1993).

Em volta desses acontecimentos, a transição entre os regimes políticos, da Monarquia à República, se somava às tensões no espaço urbano da capital cearense. Diferentes grupos políticos, compostos por novos e antigos agentes sociais, ligados à bandeira republicana ou aos extintos partidos monárquicos, recém-adeptos do novo regime, travaram debate acirrado em prol de se afirmarem como "regeneradores" da ordem política. Em geral, em seus núcleos políticos ou partidos, esses homens fizeram da imprensa uma "prática letrada" (ação rotineira, cotidiana)[3], colocando em disputa a legitimidade, condução e direcionamento do novo regime sob sua responsabilidade, a partir de diferentes propostas e caminhos para se construir os referenciais de poder público à máquina administrativa a ser configurada.

A Disputa pela Condução do Novo Regime entre os Letrados da Cidade

A Pátria foi o órgão que se proclamou adepto incondicional da República. Este se disse "Folha da Manhã", era órgão do Centro Republicano Cearense (CRC), em que publicava todas as atividades dessa entidade e circulou aproximadamente um ano, entre 28 de novembro de 1889 até meados do mesmo mês em 1890. Tinha como legenda o estandarte positivista: "O Amor como princípio, a Ordem como meio e o Progresso por fim". Sua circulação foi interrompida quando, após o pleito de 15 de setembro de 1890, seus redatores Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues romperam com o jornalista João Cordeiro e com CRC, por conta da oposição deste ao

[3] Sobre PRÁTICAS LETRADAS ver CHARTIER,Roger (Org). **Práticasda Leitura**. – São Paulo: Estação Liberdade; 1996. Ver também: CHARTIER, Roger. **História Cultural, entre Práticas e Representações** – Lisboa: Difel; 1988. E o conceito de "prática", conferir: CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer** – Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1. Conf. também CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papirus, 1995.

Ministério do Barão de Lucena, o que resultou na sua exoneração da Vice-Presidência do Estado, em retaliação aos opositores daquele ministro nos estados.

A tiragem d' *A Pátria* era de 1200 exemplares diários, custo de 80 réis, possuía em torno de 50 correspondentes espalhados pelos municípios e vilas cearenses. Desde o início da circulação, o órgão se dizia "partidário sincero da República federativa, [em que] o maior apelo é manter, ao lado da autonomia dos Estados, a unidade da Pátria Brasileira" (*A Pátria*. 28/ nov/ 1889. nº 01, p. 01).

Na coluna "Notas da Manhã" (p. 03), *A Pátria* discorreu sobre a necessidade de "lutar pela conquista das liberdades (...) exercendo corajosamente o seu dever (...) os dois grandes princípios da nova religião social" (Idem). Percebe-se nestas palavras os anseios inerentes em torno da existência de um pacto federativo sólido. Porém, quanto à aclamação geral pela futura convocação de uma Constituinte, não distou a preocupação destes republicanos com a possibilidade do novo regime ser tomado pelas antigas forças políticas, chefes e correligionários dos partidos monárquicos extintos, identificados com o atraso: "Estarão preparados para essa dupla função os antigos partidos políticos? Serão capazes de concorrer para o funcionamento regular do governo, (...) da Pátria?" (Idem. Ibdem). Como a maioria das iniciativas ilustradas da época, os textos redigidos neste órgão de cultura política orientada pelos princípios federalistas e as práticas centralizadoras do positivismo, também não vislumbraram qualquer participação dos segmentos menos favorecidos da população na vida pública.

Sobre o CRC, sabe-se que foi a primeira entidade que, aos 1º de julho de 1889, arregimentou intelectuais, ex-abolicionistas e militares em torno da implantação do novo regime sobre a Monarquia. O grupo surgiu no calor das questões que envolveram a posse do trono, tanto em virtude da avançada senilidade do Imperador, quanto em torno do desgaste da base política com a abolição dos cativeiros e o mal-estar político-institucional gerado desde a posse do ministério de Ouro Preto (Carvalho, 1988 e Janotti, 1986. p. 16 - 20).

Inicialmente, este núcleo fora integrado por cadetes e caixeiros. No entanto, em decorrência do acelerado desgaste do regime monárquico em seu último ano de existência, intelectuais, militares de alta patente do Exército e do Batalhão de Polícia, antigos abolicionistas, jornalistas engajados e comerciantes foram se somando aos demais envolvidos com as polêmicas que pairavam naquele momento. Em certa medida, a agremiação arregimentou diversas "culturas políticas"[4], desde o liberalismo ilustrado dos intelectuais à ditadura positivista próxima aos militares.

Dos intelectuais provenientes da campanha abolicionista, o jornalista João Cordeiro (proprietário do jornal *Libertador*), Abel Garcia, Oliveira Paiva, Martinho Rodrigues, João Lopes e Justiniano de Serpa foram destaques. Dos fundadores do Instituto do Ceará, em 1887, teve o intelectual e militar Joaquim Catunda. Outros que, no início da década de 1890 passaram a se destacar no cenário letrado cearense,

[4] "[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro". Conf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política Pela Historiografia**. IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos** - 2ª Edição.

como Antônio Sales, Waldomiro Cavalcante e Jovino Guedes, integrando a Padaria Espiritual[5] ou chegaram à Academia Cearense[6], iniciaram sua vida pública no CRC (Cardoso, 2002). Muitos militares também o integraram, desde o vibrante alferes Floriano Florambel (exemplo a "inspirar a mocidade à causa patriótica") e, após o 16 de novembro, outros de alta patente, como o Cel. Ferraz, primeiro governador do Estado Confederado do Ceará durante o governo provisório (cujo CRC declarou apoio incondicional ao seu mandato) e o Gal. Bezerril Fontenele, empossado por Floriano Peixoto em 1892. De antemão, não se viu preocupações em arregimentar os trabalhadores locais para a causa republicana, mesmo tendo a participação de alguns caixeiros na fundação desta entidade, a exemplo de Antônio Sales, sendo uma entidade formada essencialmente por integrantes das elites econômicas e políticas de Fortaleza.

As reuniões do CRC ocorreram no Clube Cearense, na Praça do Ferreira, centro comercial e das agitações políticas e sociais da cidade de Fortaleza. De início, a agremiação se preocupou em discutir, através de palestras e conferências (pois sequer possuía periódico) a viabilidade do regime republicano, visto a previsível queda da Monarquia. Com a implantação oficial da República na antiga província, em 16 de novembro de 1889, o CRC tomou pra si a incumbência da "regeneração patriótica" e incorporou o compromisso moral para encabeçar a legitimidade do regime recém-implantado. Neste sentido, vale salientar que o grupo utilizou diferentes estratégias em favor de consolidar um "pensamento hegemônico" [7], em que se destacaram as campanhas de adesão dos clubes republicanos fundados nos municípios e vilas cearenses à causa recém-anunciada (por comissões que presenciavam o juramento ao estatuto orgânico do CRC), o apoio incondicional aos governadores cearenses e à Presidência da República, por estratégia de manutenção ao jogo político favorável aos membros do CRC, e, por fim, as táticas discursivas através dos seus órgãos de imprensa, *A Pátria* e o jornal *Libertador*.

Como órgão oficial, o CRC teve o antigo jornal abolicionista *Libertador*, de propriedade do já mencionado João Cordeiro e tendo por redator chefe João Lopes. Em torno de si, o jornal congregou vários talentos intelectuais que colaboraram com diferentes textos. Pode-se dizer que somente no último semestre em que existiu o regime monárquico, o respectivo jornal foi o único que, tímido, sugeriu a eminente queda do Imperador, dando notícia apenas do "alvoroçado movimento triunfante da bandeira da federação" que agitava a antiga Corte (*Libertador*. Fortaleza, 12/jul/ 1889, p. 02).

No jornal *Libertador*, foram publicadas diversas matérias sobre as atuações do Partido Republicano no eixo Rio-São Paulo. Em matérias como "Trono em Viagem" (Ano IX, nº 161, 19/julho/1889, p. 02), "Eleição de Deputados" (Ano IX, nº 163, 22/julho/1889, p. 03) e "Viva a Monarquia!" (Ano IX, nº 203, 06/setembro/1889, p. 02), o jornal já fazia menção à eminente crise política enfrentada pelo Imperador na Corte, deixando a entender que havia novos agentes políticos em cena,

[5] Grêmio literário surgido em Fortaleza entre 1892 e 1898, formado pelos "Novos do Ceará", segundo a descrição do seu idealizador Antônio Sales. Tinha como periódico *O Pão* e seus sócios eram denominados "padeiros". Ficou nacionalmente conhecida pela sua irreverência e originalidade, após o envio do seu "Programa de Instalação" aos círculos intelectuais das principais cidades do Brasil. Conf. CARDOSO, 2002.

[6] Até 1922, este foi o nome da atual Academia Cearense de Letras. Foi fundada por intelectuais oriundos do movimento abolicionista local, Instituto do Ceará, bem como, da campanha anticlerical promovida pelos intelectuais da Academia Francesa (1872 - 1875). Conf. CARDOSO, 2000. p. 129 - 140.

[7] Conf. GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Ver também WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979. p. 111 – 117.

"republicanos e federalistas", estando "os partidos históricos atravessando uma fase de dissolução que os conduzem ao desconhecido" (nº 163). Sua redação tratou com ironia o atentado que D. Pedro II sofreu na saída do Teatro Imperial por simpatizantes do Partido Republicano e o decreto que foi baixado pelo Chefe de Polícia Interino de Fortaleza, em que processava e prenderia "os indivíduos que nas praças, ruas e outros lugares públicos ou em presença das autoridades constituídas derem – vivas à república, morras à monarquia, vivas ao partido republicano ou proferirem gritos e frases igualmente sediciosas" (nº 203). Mas, sobre o proprietário daquele órgão, o jornalista e comerciante João Cordeiro, as memórias do poeta Antônio Sales afirmaram que "ele foi o primeiro republicano, como também o primeiro abolicionista" (Sales, 1995. p. 89). Após a proclamação, o órgão passou a publicar as notícias e os decretos baixados pelo primeiro governo provisório do Ceará, na figura do Coronel Ferraz.

Sobre a relação de João Cordeiro com o CRC, foi somente na edição do dia 20/dezembro/1889 (nº 266, p. 03) que se leu uma pequena chamada a uma reunião daquela entidade na casa do escritor Jovino Guedes e, na edição seguinte, uma convocação ao público para participar de "uma marcha cívica, em que se representem as diversas classes da comunhão cearense". Apenas no ano posterior à sua proclamação é que o *Libertador* se reconheceu "Órgão do Centro Republicano", em formato oficial. Até então, ele se dizia "Diário da Tarde" e custava 40 réis. Em 1890 passou então a ser folha oficial do Governo Provisório do Estado Confederado do Ceará. Até aquela data, nenhuma menção sequer havia sido feita em relação à adesão do jornal ao CRC. Assim, pode-se dizer que a cultura política presente neste jornal é inerente à postura do seu proprietário: liberal, federalista e republicano "de última hora".

Válido é destacar que tanto *A Pátria* quanto o *Libertador*, a princípio, foram incisivos em atacar os antigos chefes políticos, ligados às famílias que assumiram a direção das facções liberais e conservadoras na antiga província. Contudo, enquanto o segundo teve um caráter mais oficial (publicando editais, portarias, decretos etc), o primeiro teve um traço mais carbonário e ideológico diante das tensões junto ao processo político-eleitoral que resultaria nas eleições de 15/ setembro/ 1890. Tendo em vista a ameaça da inserção política das "forças do passado", não tardou aos membros do CRC tomarem postura autoritária, em defesa de um regime ditatorial segundo a matriz positivista, uma vez que sua maioria era composta por intelectuais e militares, adeptos da corrente de Augusto Comte. No artigo "Doutrinemos", publicado em 08 de dezembro de 1889, nº 05, p. 01, sobre o decreto em que o Governo Provisório proibiu a circulação de qualquer jornal com tendência monárquica (em alusão direta ao *Tribuna Liberal*, do Visconde de Ouro Preto, tendo em mente o pleito de 15/ setembro/ 1890), *A Pátria* publicou:

> (...) são nossos ardentes votos que o Gal. Deodoro prolongue o mais que for possível a ditadura republicana, para que assim a Pátria não corra o perigo de ver conspurcada a representação nacional pela presença em seu seio de deputados desmoralizados pela corrupção bragantina.

O receio do CRC não foi por menos. Sabe-se que durante o período imperial, as famílias Fernandes Vieira, Cunha Freire, Paula Rodrigues e Pompeu Accioly foram as principais

protagonistas na vida política cearense. Concentrando poderes lícitos e ilícitos, ao longo do revezamento entre os ministérios liberais e conservadores, elas se envolveram em disputas acirradas em prol do monopólio dos bens públicos.

A fim de evitar a retomada do histórico prestígio destas forças políticas do passado imperial, ao longo das edições d' *A Pátria*, percebeu-se que aconteceu um considerável número de adesões dos clubes republicanos fundados no interior em relação ao estatuto do CRC. Desde localidades mais próximas a Fortaleza, como Parangaba, Messejana, Aquiráz, Maranguape, Baturité, Soure, Pacatuba, até os mais distantes recônditos sertanejos ou litorâneos, dentre os quais, Crato, Icó, Araripe, Pedra Branca, Aracati, Trairi, pode-se seguramente afirmar que, em proporções geográficas, a irradiação da influência do CRC, graças às suas "caravanas patrióticas", atingiu grande parte dos municípios e vilas cearenses. A razão maior destas campanhas era garantir a adesão imediata dos agentes políticos em suas respectivas localidades ao projeto do CRC que, identificados como os "regeneradores da pátria", procuravam minar a influência e o oportunismo "de última hora" dos antigos chefes monárquicos.

> De acordo com a lei orgânica do Centro Republicano, aos Clubes Municipais e todos os seus adeptos devem considerar-se definitivamente desligados de quaisquer dependências ou compromissos para com as antigas frações monárquicas. O Partido Republicano (...) não reconhece grupos e considera inimigos da República todas as agremiações partidárias que porventura subsistam com os velhos moldes, presos por quaisquer laços à direção dos antigos partidos que desapareceram com a patriótica revolução de 15 de novembro e são incompatíveis com a democracia[8].

A imprensa enquanto uma prática letrada de difusão discursiva e ideológica se legitimava nas ações do CRC com o alinhamento político-partidário dos outros núcleos fora da cidade de Fortaleza. O jornal, veículo de irradiação de ideia, também construía uma imagem de orientação política centralizadora da capital cearense para as demais localidades. Assim, os integrantes do CRC, enquanto agentes letrados primavam pelas decisões políticas deliberadas de Fortaleza para outros espaços periféricos do centro administrativo. Esses intelectuais reforçavam a referência da capital cearense como centro hegemônico das decisões políticas e administrativas sobre as demais localidades do Ceará.

Na corrida por se fazer oficial, o CRC se alinhou, inicialmente, ao Partido Republicano Paulista (PRP) e via a adesão dos clubes municipais à sua lei orgânica como uma estratégia rumo à absoluta coesão política, de caráter hegemônico, a combater as iniciativas tomadas adiante pelos políticos ligados ao passado monárquico. Neste sentido, os membros do CRC se

[8] "A Nova Política" IN: *A Pátria*. 04/ dez/ 1889, nº 03, p. 01.

entenderam como uma “vanguarda”, a romper com as posturas e as orientações político-partidárias outrora vigentes no período imperial. Interessante é que tal iniciativa foi determinante para que a influência do CRC viesse a incidir diretamente sobre as Câmaras Municipais, dissolvidas e reinstaladas por decretos baixados pelo Governo Provisório. De acordo como o que se leu no nº 21 d’*A Pátria*, 15/janeiro/1890, p. 02, na coluna “Intendências Municipais”, aqueles que foram indicados como representantes das câmaras de Baturité, Aquiráz e Pacatuba, eram membros dos Clubes Municipais Republicanos em suas respectivas localidades, todos ligados ao estatuto orgânico do CRC, aspecto que também se confirmou em outras edições daquele órgão. Neste sentido, pode-se dizer que naquele momento o CRC manteve a orientação político-partidária de várias câmaras municipais à sombra do seu estatuto.

A confusão que o Conselheiro Rodrigues Júnior e seu grupo fizeram nas páginas do jornal *Cearense*, a exemplo das posturas tomadas pelos antigos políticos em relação ao novo regime foi oportuna para que os membros do CRC considerassem o despreparo daqueles com a “nova idéia”. Existente desde 1846, o *Cearense* se disse “Órgão Liberal” até 16/novembro/1889, quando seu exemplar custava 40 réis e possuía um grande volume de assinaturas espalhadas pelo interior. Na edição de nº 261, 22/novembro/1889, o antigo jornal do extinto Partido Liberal se denominou “Órgão Republicano”. Já na edição seguinte, nº 262, em 23/novembro/1889, se definiu como “Órgão Democrático” e, posteriormente, “Órgão do Clube Democrático”.

Nos primeiros dias da República, o *Cearense* limitou-se a noticiar as nomeações, exonerações, a fazer cobertura dos acontecimentos locais e nacionais em torno das deliberações tomadas pelo governo provisório. Iniciou também uma seqüência de debates e exposições de idéias constantemente publicadas nas colunas “Federalismo no Brasil” e “Federalismo ou Unitarismo”, a partir do número 283, em 18/dezembro/1889. Por fim, sobre a fundação do Clube Democrático, tendo em vista o pleito de 15/setembro/1890, o *Cearense* de 21/fevereiro/1890, Ano XLIV, nº 41, dizia ter “o intuito de coadjuvar ao Governo Federal na consolidação do regime republicano”. Sobre a perseguição do CRC aos antigos chefes monárquicos, o *Cearense*, Ano XLIV, nº 09, 12/janeiro/1890, p. 01, discorreu:

> Para sermos republicanos, não precisamos pedir licença a ninguém, desagrade,embora esta declaração aos associados do Centro, que arrogam a si a competência de expedir patentes de republicano, de monarquista ou de suspeito a quem lhes apraz (...) Se somos suspeitos porque militávamos ontem nas fileiras monárquicas, suspeitos são igualmente todos os centristas hoje republicanos, tão fervorosos quanto eram ontem devotados monarquistas (...).

A febre adesista chegou assim a provocar receio dos integrantes do CRC. Na ocasião em que estes perceberam a infiltração de agentes políticos ligados ao passado monárquico junto à

composição de clubes republicanos, não tardaram para que alguns correligionários reagissem a esta situação. Tensões foram então vivenciadas na arena política de Fortaleza, em torno do surgimento do já mencionado Clube Democrático e da União Republicana - esta última, fruto da aliança entre os chefes políticos Fernandes Vieira e Nogueira Accioly. É ainda no nº 05 d'*A Pátria* que no artigo "Exclusivismo", o jornal rebateu as críticas do *Cearense*. Este jornal acusou os membros do CRC de "exclusivistas" (*Cearense*, 03/ jul/ 1890, p. 01), por eles tomarem a frente da reorganização política e da proximidade destes com o governo provisório do Estado Confederado do Ceará, sob o comando do Cel. Ferraz. *A Pátria* retrucou assim:

> O Centro Republicano, a grande associação que já se achava constituída desde muito antes da revolução [quatro meses, apenas], (...) pede mesmo o concurso de cada cidadão para a grande obra de reconstrução deste país por tanto tempo sacrificado às ambições dos partidos monárquicos (...) O artigo do 'Cearense' é o brado do vencido que vê com amargura a partida dos soldados que, desesperados do triunfo que não conseguiram (...) prestígio e patriotismo daqueles que o dirigiram.

Outro não poupado foi o jornal *Brasil - Ordem e Progresso*, que até o dia 16 de novembro de 1889 denominava-se *Pedro II*, pertencente à facção do antigo partido conservador cearense, liderado pelo Barão de Aquiráz, Manuel Fernandes Vieira. O primeiro número deste jornal, aos 28/ novembro/ 1889, dizia timidamente "lutemos nós, neófitos da República, não só pelo princípio democrático, como pelo bem-estar da Pátria comum, que tanto precisa, atualmente, do concurso de todos os brasileiros" (p. 01). Os membros do CRC não hesitaram em comemorar o desaparecimento definitivo deste órgão na arena local, quando a edição de nº 17 d' *A Pátria*, de 10/ janeiro/ 1890 lançou elogios envernizados de ironia ao "Barão de Aquiráz, herói derrotado, por ser diferente dos demais oportunistas". Porém, Fernandes Vieira não se deu por vencido, fato é que a União Republicana foi fundada sob a sua liderança em conjunto com o antigo rival, o Comendador Antônio Nogueira Accioly, chefe da outra facção dissidente do extinto partido liberal. O seu jornal foi *O Estado do Ceará* e era resultado dos esforços na imprensa outrora empenhados pelos jornais *Gazeta do Norte* e o efêmero *Brasil - Ordem e Progresso*, outrora *Pedro II*.

À medida que se aproximava o pleito de 15 /setembro/ 1890, acirravam-se os ataques e as ofensas a uma ou a outra entidade. Este ódio se intensificou com as atitudes arbitrárias do governador provisório, Cel. Ferraz (amplamente ovacionado nas edições d'*A Pátria*, sobretudo, no nº 31), em favor dos membros do CRC candidatos à Constituinte. N' *O Estado do Ceará*, nº 36, em 02/ setembro/ 1890, a matéria "Um Governo em Delírio" (p. 02) publicou um telegrama em que o então governador autorizava o juiz municipal de uma localidade a intimar "padres ou quaisquer indivíduos para não continuarem a insuflar a população contra o governo", sob a

ameaça de serem recolhidos à prisão. Na edição seguinte, nº 37, 03/ setembro/ 1890, na matéria "Movimentos Sediciosos" (p. 02), o mesmo jornal explica que:

> (...) o padre que pedir aos seus paroquianos para não votarem em candidatos ateus; o político que se mantiver fiel aos seus antigos amigos; o eleitor que não quer receber a cédula do Centro Republicano; eis os sediciosos, que o Sr. Cel. Ferraz manda intimar e prender.

O texto acima se reportou às perseguições que o principal aliado do CRC, o governo provisório local, fez sobre a campanha do Partido Católico, ocasião em que os clérigos, assim como outros setores, viram a possibilidade de retornarem à cena política nacional, se contrapondo às investidas dos primeiros governos republicanos contra a influência da Igreja Católica na vida pública brasileira. Naqueles tempos acometidos pela onda assoladora do laicismo, sabe-se que indivíduos ligados à Igreja Católica viram a possibilidade de retomarem sua participação nas decisões do país, desde o seu rompimento com o Estado Brasileiro durante a crise do regime de padroado.

O pleito seria o caminho. Através do jornal *A Verdade* que se proclamou "Órgão do Partido Católico", o clero cearense se dispôs a participar das eleições de 15/setembro. Era, na verdade, uma forma da Igreja rever o efeito dos decretos baixados em torno do casamento civil e da proibição do ensino religioso nas escolas após a implantação da República. Mesmo após as eleições, artigos como "O Eleitorado Católico do Ceará" (Ano I, nº 16, 09/novembro/1890. p. 01), "Separação da Igreja e do Estado" (Ano II, nº 22, 21/dezembro/1890. p. 02), "Casamento Civil" (Ano II, nº 40, 03/maio/1891. p. 02), "Sacramento do Matrimônio" (Ano I, nº 19, 30/novembro/1890. p. 01), "Escola sem Deus" (Ano II, nº 04, 20/agosto/1893. p. 01), ilustraram bem as reais preocupações do referido órgão da imprensa católica naquele momento. Mas, para o CRC, o que foi levado em conta se referiu ao amplo acolhimento que os padres tiveram junto às paróquias e, certamente, isso poderia contribuir como fator favorável para as candidaturas do Partido Católico, naquele momento, com uma cultura política ancorada nos princípios da democracia cristã.

O grande receio dos membros do CRC, que veio justificar as medidas autoritárias tomadas pelo seu aliado no governo, esteve relacionado aos interesses que a União Republicana deixou evidente no nº 06 d' *O Estado do Ceará*, de 26/ julho/ 1890, p. 02, em que disse o seu redator:

> São puros sonhadores os que pretendem de momento consolidar, a todo o transe, a nova ordem de coisas, inaugurada a 15 de novembro, por movimentos bruscos (...) Aceito, como foi, por todos de boa ou contrária vontade, o golpe de Estado, dado pelo Exército (...) sem desprezar-se o que fosse aproveitável do regime decaído (...) Podem conservar-se as partes úteis da velha instituição, e estabelecer a harmonia entre o que se reformar, e o que se mantiver (...).

As razões do ódio entre o CRC e a União Republicana foram, em grande escala, motivadas pela disputa da direção do Partido Republicano que no Ceará foi, inicialmente, representada pelo CRC. Inconformados tanto com a orientação dos rumos políticos e administrativos do Estado do Ceará, que fugiu às mãos das antigas facções oligárquicas, os membros da União Republicana procuraram a todo o custo denunciar as arbitrariedades do governador cearense. Também não era para menos, pois, este ordenou ações violentas contra seus adversários e opositores do CRC. O episódio da represália em que o Batalhão da Polícia Estadual e a Cavalaria se voltaram contra militantes do Partido Operário Cearense e dos membros da União Republicana (oportunamente buscando aliança com os trabalhadores a fragilizar o CRC), durante uma marcha às vésperas das eleições do dia 15/setembro com destino à residência do governador, em 14 de setembro de 1890. O incidente foi amplamente noticiado nos jornais *O Estado do Ceará* (nº 44, 16/ setembro/ 1890. p. 02, 03), *Cearense* (nº 207, 28/setembro/1890) e *O Combate* (07/ abril/ 1891), o órgão do Partido Operário.

Alguns episódios ajudam a compreender suas práticas, posturas e como se relacionaram com os demais grupos políticos naquele momento. Primeiramente, sobre a repressão policial lançada à passeata organizada pelo Partido Operário às vésperas das eleições de 15/setembro, fica patente o desafeto que os representantes da primeira administração republicana (fórmula que será obedecida pelos demais governos) dispensou a qualquer possibilidade destes participarem da vida política. Similar às perseguições ocorridas sobre outros núcleos políticos que também se empenharam naquelas eleições, segundo a expressão do primeiro Vice-Presidente do Partido Operário da Capital Federal, Luís França e Silva, "o atual governo não quer consórcio com a classe operária" (Apud Gomes. Op. Cit. p. 63).

Por sua vez, sobre o incidente há pouco mencionado, o CRC e o governo se defenderam através do *Libertador*, alegando que o Corpo de Segurança veio a conter as perseguições que autoridades governistas (inclusive o Governador Ferraz) passaram a sofrer no início da manifestação. Disse ainda:

> (... ...) Dessa missão [realizar tumultos] do chamado Partido Operário não conheciam a mor parte dos cidadãos que o compõem, os quais, entretanto, em boa fé, acreditamo-lo, assentavam os embustes, calúnias e falsidades, que lhes pregavam, em nome de pretendidos interesses e direitos das classes operárias. Sabiam-se, porém, perfeitamente, alguns dos diretores da agremiação, principalmente o dentista Anderson Ferro (...) chefe do partido (...). Nos últimos dias o chamado Partido Operário celebrava repercutidas sessões de assembléia geral, onde se faziam falações incendiárias, sendo porta-voz dos ódios do Conselheiro Rodrigues Júnior (...) o seu protegido Raimundo de [Farias] Brito. (...) No dia 13, à noite, foi avisado o Coronel Governador de pretender Anderson Ferro com seu grupo percorrer as ruas da capital em passeata, assaltar o quartel do Corpo de Segurança e até depor de seu cargo o Coronel Ferraz para aclamar em seu cargo o supracitado Rodrigues! (...) De duas para três horas da tarde começou efetivamente a

> desfilar o préstito, composto de cerca de 400 pessoas, das quais uns 150 artistas (...) e o maior número de indivíduos de outras classes, ao serviço da oposição (...) A sessão que se deliberara a passeata durava, dizem-nos, desde as 10 horas da manhã e durante ela beberam-se, ao que informam, muitas carradas de vinho e aguardente (...)[9].

A repercussão deste incidente formou uma opinião depreciativa do Governo Provisório do Cel Ferraz e do CRC, em que foi entendido que ambos foram violentamente indispostos com seus opositores. E não foi por menos, pois, diante das cenas de violência descritas pelos órgãos de oposição, bem como, a confissão do jornal governista (o *Libertador*), a força policial fora implacável a fim de zelar pela ordem pública e a integridade física de algumas autoridades ameaçadas pela "passeata enfurecida". Contudo, é interessante perceber que, segundo a narrativa da informação apresentada, juntamente com a imagem de desolação das "ruas dominadas pelo terror e pelo medo", no texto acima, o jornal do Governo se esforçou para amenizar a carga de enunciados negativos sobre seus representantes, apelando para não difamar a imagem dos "profissionais", quando alega que o maior número era de indivíduos ligados à oposição, que se encontravam enfurecidos pelos discursos inflamados somados à embriaguez da aguardente. A oposição, porém, sem hesitar, não poupou o governo das acusações de truculência e intolerância.

> Anteontem [14/ set] uma multidão de operários, tendo terminado uma sessão pública (...) à rua Formosa, saíram para acompanhar o seu presidente [Anderson Ferro] até a residência deste (...) Diversos candidatos respeitáveis [sobretudo, ligados à União Republicana], cortezmente, incorporaram-se à passeata, com o intuito, natural na véspera de um dia de eleição, de mostrar simpatias públicas que os cercavam e assim de animar o povo para o pleito do dia seguinte (...) caiu [então] sobre ela uma numerosa força da guarda cívica (...) os soldados, de rifles desembainhados, começaram a espancar brutalmente o povo (... ... ...) Foram presos já os seguintes cidadãos, os quais todos, exceto o primeiro, foram recolhidos à cadeia Pública: Conselheiro Rodrigues Jr, Francisco Paula Pessoa, Miguel A. Ferreira Leite, Miguel Fernandes Vieira (...)[10].

As tensões simbólicas presentes no âmbito da imprensa se materializaram no campo dos embates físicos do espaço urbano. A cidade letrada[11] e a cidade física se encontravam nas trincheiras político-partidárias. Observa-se que não só a disputa pela liderança do novo regime político, mas, a afirmação pela força atestou como deve ser feito o uso das ruas da cidade, em prol do grupo político que primava pela hegemonia. Diante dos ataques feitos pelo *Estado do Ceará – Órgão da União Republicana*, o jornal *Libertador* insistiu em defender-se, confirmando que "não era uma multidão de operários, mas [somente] 150 artistas dentre aquela multidão de mais de 400 indivíduos". A acusação mais uma vez recaiu sobre os antigos chefes monárquicos e os novos partidos (operário e católico), como atitudes desesperadas, tendo em vista a perda do

---

[9] "Ocorrências de Anteontem" IN: *Libertador – Órgão do Centro Republicano*. Fortaleza. Ano X, nº 210, 16/setembro/1890, p. 02.
[10] "Graves Acontecimentos" IN: *Estado do Ceará* – Fortaleza: Ano I, nº 44, 16/ set/ 1890. p. 02 e 03.
[11] RAMA, Angel. **A Cidade das Letras** – Copyright Ediciones Del Norte, 1984.

prestígio público dos primeiros, bem como, o insucesso no pleito dos segundos. No intuito de rebater as críticas e justificar as acusações, o *Libertador* comentou ainda:

> O pretendido Partido Operário só na capital tinha alguns elementos que não passariam mais de 200 votos; as facções Ibiapaba e Accioly haviam desaparecido completamente (...) a do Conselheiro Rodrigues fora reduzida a proporções insignificantes. Restava somente em frente o Partido Republicano os clérigos e estes não atingiriam nunca, na capital, mais de 300 votos. A liga minu-Aquiráz, a que o *Estado* [*do Ceará*] chama, por escárnio à República, União Republicana, abstendo-se do pleito, fê-lo, não em virtude dos acontecimentos do dia 14, mas porque teve vergonha de pleitear a eleição com meia dúzia de eleitores[12].

A princípio, a facção Rodrigues Júnior, através do Clube Democrático e seu jornal *Cearense*, tentou arregimentar em torno de si a atenção dos trabalhadores urbanos de Fortaleza. Para este fim, foram feitas tentativas de aproximação com as duas entidades que, naquela ocasião, buscaram legitimar o seu papel junto ao regime republicano na esfera local. Com o Partido Operário, o apoio da facção Rodrigues Júnior se fez logo durante o seu surgimento. Em contrapartida, os órgãos governistas, em especial o *Libertador*, se empenharam a depreciá-lo, pois seria este mais um concorrente às urnas. Como se leu no artigo "Operários e Artistas"[13] nas páginas do *Cearense*, Ano XLIV, nº 148, 06/julho/1890, p. 01, o órgão o Clube Democrático se manifestou em defesa do partido neófito.

> Sabeis o que é o Partido Operário? O Partido Operário é grande parte da nação. É um dos movimentos mais imponentes que já se operou no Brasil, nascido diretamente do povo, sem ser impulsionado por inspirações do governo (...) Aqueles que acreditam que as aspirações do partido Operário deveriam limitar-se ao estabelecimento de uma associação de beneficência, revelam-se ineptos (...) Entretanto, a verdade não é esta por parte do '*Libertador*' que não cremos desconheça ainda que o partido operário é um partido político. Parece-nos haver nas intrigas movidas dali uma intenção condenável, e isto é tanto mais procedente quanto se sabe que a gente do '*Libertador*' não peca por ingenuidade.

Ainda frente às disputas em torno da legitimidade partidária nas primeiras eleições republicanas, o *Cearense* cedeu espaço em suas páginas para Anderson Ferro, presidente do Partido Operário, que rebateu os comentários depreciativos feitos pelos órgãos de imprensa ligados ao governo provisório, acusando a entidade de ser oportunista:

> Partido Operário - Enuncio de novo a segunda parte da tese formulada pela ilustre redação d'*A Pátria*: 'Aqui ele [o Partido Operário do Ceará] pode ser um produto de imitação'. (...) a imitação contém bastante mérito, porquanto é ela o prolongamento dum fenômeno dado num mundo evolutivo. Não supomos e nem ao menos desejamos que nos suponham com tal ou qual merecimento na organização desse partido[14].

---

[12] "Os Acontecimentos do dia 14" IN: *Libertador – Órgão do Centro Republicano*. Fortaleza. Ano X, nº 211 17/setembro/1890, p. 02.

[13] De acordo com a documentação de época, os termos "artista" ou "artesão" e "operário" se diferenciavam no sentido em que aos dois primeiros caberiam-lhes as habilidades manuais no trabalho artesanal, como curtidores, marceneiros, mestres-de-obra, pintores, sapateiros, chapeleiros, alfaiates, escultores, funileiros, dentre outros. Ao último termo, referiu-se àqueles trabalhadores das atividades fabris e manufatureiras. Ver também: PEREIRA. 2001. p. 40 – 50.

[14] *Cearense – Órgão Democrático*. Fortaleza: Ano: XLIV, nº 136, 21/julho/1890. p. 02.

Ficou evidente que o grupo ligado ao Conselheiro Rodrigues Júnior manteve sólidos interesses quando se aproximou do Partido Operário. Naquela conjuntura, assim como o Católico, ele representava uma dentre as novas forças políticas que poderiam certamente angariar prestígio público. No âmbito local, poderia até abalar as bases do CRC, tendo em vista a aspiração que os trabalhadores organizados, assim como os clérigos, tiveram em torno da possibilidade de participarem democraticamente da República. No entender das antigas oligarquias cearenses, a crescente campanha do CRC seria desfalcada com a participação de outros grupos partidários que, certamente, subtrairiam seus votos, possibilitando, assim, uma provável retomada das famílias remanescentes da política imperial às esferas administrativas, tendo em mente o apoio dos seus antigos redutos eleitorais.

Após o pleito de 15 de setembro de 1890, os redatores de *A Pátria* Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues romperam com a agremiação que eles ajudaram a criar, o CRC, e fundaram outro jornal, *O Norte*. Na ocasião, os dissidentes primaram pelo apoio incondicional ao Marechal Deodoro, que dissolveu a constituinte de 1891. Ao contrário, João Cordeiro, que agora liderava o CRC, declarava oposição ao Ministério do Barão de Lucena, o que resultou na sua exoneração da Vice-Presidência do Estado, em ato de retaliação aos opositores daquele ministro nos estados. Após João Cordeiro e o CRC retirarem o apoio a Deodoro e, concomitante, a queda deste e dos seus governadores estados afora, com o contra-golpe de Floriano Peixoto, em 23 de novembro de 1891 (Carone. Op. Cit. p. 56 - 84), o Cel. Benjamin Liberato Barroso (vice-governador deposto por Deodoro e ligado a Nogueira Accioly) conseguiu recuperar o cargo e depor, após três meses de resistência, o então governador deodorista no Ceará, Gal. Clarindo de Queiroz, em 16 de fevereiro de 1892, com o apoio da Escola Militar de Fortaleza.

Após a queda do Gal. Clarindo de Queirós, as tensões da política local ficaram relativamente menos exasperadas, em virtude da aliança entre João Cordeiro, o CRC e a União Republicana. Em curso, ali foram colocadas as manobras que consolidaram o pacto oligárquico sob a direção do Comendador Nogueira Accioly, unindo também seus órgãos de imprensa, o *Libertador* e *O Estado do Ceará*, no jornal *A República*, neutralizando, assim, a força política dos possíveis adversários da facção Rodrigues Júnior e do Partido Operário.

Considerações Finais

Na transição da Monarquia à República, diversos grupos políticos disputavam a função de "regenerados" da ordem política na capital cearense. Esses grupos utilizaram a atividade de imprensa como forma de expressar as propostas de cada seguimento político, travaram no campo das "Práticas Letradas", por meio dos jornais, uma verdadeira batalha pelo poder, pela condução do novo regime.

Para a construção dessa discussão a respeito da imprensa política em quanto uma "prática letrada" e a disputa pelo poder no campo da "cidade das letras" no período de transição política, foram analisados jornais e periódicos que representassem "culturas políticas" distintas, que integraram e disputaram um mesmo território social, constituindo assim um ambiente de batalha intelectual. Esse território foi a cidade de Fortaleza nos anos de 1889 a 1892.

Assim, o presente artigo propôs-se a fazer um breve estudo sobre a utilização da atividade de imprensa como arma política nessa "guerra de trincheiras", em que o que estava em disputa era a legitimação e condução da República no Ceará.

Referências

A PÁTRIA – Órgão do Centro Republicano

A VERDADE – Órgão do Partido Católico

BARROSO, José Parsifal. **Uma História Política do Ceará: 1889 – 1954.** Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

CEARENSE – *ÓRGÃO DO CLUBE DEMOCRÁTICO*

CARDOSO, Gleudson Passos. **As Repúblicas das Letras Cearenses. Literatura, Imprensa e Política (1873 - 1904)**. – São Paulo: Dissertação de Mestrado defendida no PPGH da PUC/ SP, 2000.

__________________. **Padaria Espiritual. Biscoito Fino e Travoso** – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do CE, 2002.

CARONE, Edgard. **A República Velha (Evolução Política)**. – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_________________. **Movimento Operário no Brasil (1877 - 1914)** – São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Trad. Enid Abreu Dobránszky – Campinas: Papirus, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer** – Petrópolis: Vozes, 1994. Vol. 1.

CHARTIER, Roger. **História Cultural, entre Práticas e Representações** – Lisboa: Difel; 1988.

____________ (Org). **Práticas da Leitura**. – São Paulo: Estação Liberdade; 1996.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil (1917 - 1937)**. – Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

_________________. **A Invenção do Trabalhismo** (2ª ed.) – Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura** - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LIBERTADOR *– ÓRGÃO DO CENTRO REPUBLICANO*

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Desafios e Possibilidades na Apropriação de Cultura Política Pela Historiografia.** IN: MOTTA, Rodrigo (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos** - 2ª Edição.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense** – edição fac – similar/Fortaleza: NUDOC/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – Arquivo Público do Ceará, 2006.

O COMBATE *– ÓRGÃO DO PARTIDO OPERÁRIO*

O ESTADO DO CEARÁ *– ÓRGÃO DA UNIÃO REPUBLICANA*

PONTE, Sebastião Rogério**. Fortaleza Belle Époque. Reformas Urbanas e Controle Social (1860 - 1930)**. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Multigraf; 1993.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras** – Copyright Ediciones Del Norte, 1984.

PEREIRA, Adelaide Gonçalves. **A Imprensa dos Trabalhadores no Ceará, de 1862 aos Anos 1920** – Florianópolis: Tese de Doutorado de fendida no PPGH da UFSC, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura** – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979